

Pernambuco e a Independência

LUIZ DELGADO

A Independência brasileira alvoreceu sobre os montes Guararapes, pouco mais de cem anos depois da chegada de Duarte Coelho a estas plagas.

Dizê-lo não é pretender fazer uma frase de antiquada retórica nem exhibir um arranco de descabido localismo: é somente recordar uma realidade cujo ponto de partida era a entremostrada divergência de interesses entre a metrópole e a sua colônia americana. De tal divergência, devidamente assinalada pelo nosso historiador máximo nas presentes gerações, o Prof. José Antônio Gonsalves de Mello, a luta contra os holandeses obrigou os pernambucanos a ter, quando não uma cabal consciência, ao menos o sentimento vivo e a radicada intuição.

Com efeito, há um sugestivo contraste no modo como ao norte ou ao sul do Brasil repercutiria em nossos destinos imediatos a união de Portugal à Espanha, sob Felipe II, ainda no século XVI. A fusão das duas coroas em 1580, implicando a fusão dos seus domínios ultramarinos, facilitou, no sul, o avanço dos bandeirantes pelos sertões a dentro, ao passo que, para o nordeste, acarretou a invasão estrangeira. Depois, na hora em que Portugal recobrou a autonomia, o interesse especificamente lusitano coincidia, de novo, com o dos paulistas, de manter as terras devastadas para além da linha de Tordesilhas; para os portugueses e brasileiros aqui do norte, porém, ansiosos por expulsar os dominadores, representava um relativo abandono por parte do governo de Lisboa, absorvido pelas questões políticas européias. O peso e a gravidade de semelhante situação fazem-se luz em alguns espíritos e é quando André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno replicam ao Governador Geral Antônio Teles de Menezes que lhes intimara, em nome de El-Rei, a ordem de suspender a batalha: "para Holanda, acabou esta ca-

pitania e é muito provável que acabe também para Portugal". Consta, esse grito ameaçador, de uma carta escrita no "arraial novo de Pernambuco", em data de 28 de maio de 1646: com uma antecedência de dois séculos, é o anúncio do grito do Ipiranga. Eis aí por que não é fantasia identificar nos Guararapes o alvorecer da Independência.

A essa revelação inesperada e premonitória seguir-se-á um longo período de convivência e de formação em que nos impregnaremos cada vez mais da alma portuguesa, acolhendo em nós a lição de sua felicidade aos princípios essenciais, aos núcleos interiores, ao ser profundo, capacitando-nos a tirar disso, nos dias de hoje, características naturais e júbilos íntimos que nos ligam em continuidade livre e fecunda, depois de trilharmos durante cento e cinquenta anos os caminhos que escolhemos e de que não queremos nem podemos afastar-nos.

Guararapes, coroamento da luta contra a outra lei e a outra grei, fora o marco inicial e simbólico. Ocorreram, depois, novos surtos. Um deles, o maior até então, foi a revolta impulsiva de 1817, com o duplo efeito de configurar em teoria política o que poderia ter permanecido no plano do mero sentimento liberatório, e de enraizar no coração dos sobreviventes a dor do sangue derramado, a mágoa dos sofrimentos e dos lutos.

A partir de 1817 quando frutificam as pregações políticas de Arruda da Câmara e do padre João Ribeiro, a idéia da independência já não palpitará sozinha no ânimo dos mais audaciosos, isto é: dos que costumam arrastar os acontecimentos e promover a história. Para muitos deles, a independência só será completa com a república. Foi o que se evidenciara na rebelião de 6 de março. Mas, apesar da marca deixada por tão importante sucesso, só acompanharemos fielmente o que aconteceu em Pernambuco (e no Brasil inteiro) distinguindo os dois elementos do processo histórico que então culminava: no fundo, a aspiração nacional e por fora, a formulação política; pois, se é verdade que muitos só desejavam a emancipação unindo-a à república, muitos outros a queriam com o Rei — e era um Rei que tanto podia ser constitucional para estes, como não o ser, para aqueles.

Depois de 1817, o reinado de Dom João VI, iniciado precisamente nessa época e a continuar-lhe a Regência, aquietou um tanto o Brasil e como que isola e amortece a façanha de Pernambuco. Fá-lo, primeiro, pela força, mandando para aqui Luis do Rego Barreto — com a sua energia, com a sua vigilância, com o seu trabalho; fá-lo, depois, com o engrandecimento do Brasil. É no Brasil que o novo Rei se coroa, na sucessão de D. Maria I; aqui fica e daqui manda leis e cartas-régias para Lisboa; aqui funcionam os seus ministérios e os seus tribunais. Aos portugueses da Europa é que cabia agora revoltar-se — e eles o fizeram, no Porto e em Lisboa, no segundo semestre de 1820, invocando concepções políticas, as do liberalismo constitucionalizador, que os aparentam a uma facção brasileira. Esse sucesso lusitano vai desencadear o movimento brasileiro.

Com efeito, para instituir Juntas de Governo idênticas às preconizadas pelos súditos europeus de D. João VI, rebentam manifestações logo vitoriosas em Belém, do Pará, e Salvador, da Bahia. A tentativa que no mesmo sentido tem lugar no Rio de Janeiro, vence também, mas apenas na aparência porquanto a astúcia do Rei consegue transformá-la, chamando para junto de si, como ministros, os que, de outro modo, poderiam agir contra ele.

A primeira grande e eficaz singularidade pernambucana nessa campanha que vai desembocar na Independência, reponta a propósito da criação de Juntas de Governo que assim vão surgindo espontaneamente a princípio e, depois, por determinação das Cortes de Lisboa. Em todas elas predomina ora a simples adesão ao constitucionalismo lusitano, ora o pensamento da continuidade das administrações locais geralmente nomeadas ainda por Dom João VI: é assim que as Juntas de S. Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Maranhão, etc., compostas em torno dos antigos governadores, eram por eles presididas. Em Pernambuco, Luis do Rego procurara fazer o mesmo. No entanto, a Junta por ele instituída e obediente à sua orientação, não conseguiu obter a adesão do povo nem aquietar-lhe o ânimo, apesar de todas as modificações a que ele a veio submetendo. A agitação desenvolveu-se com a chegada de antigos revo-

lucionários de 1817, desde então presos e agora libertados. Chegou ao ápice no mês de julho, quando o Governador foi alvo de uma tentativa de morte, saindo ferido.

Em tal atmosfera de tormenta, instalam-se quase simultaneamente (o que deu lugar a recriminações mútuas), no fim de agosto, duas Juntas Governativas em Pernambuco, — ambas dizendo-se fruto dos decretos das Cortes constituintes, mas representando duas correntes opostas de tendências: a de independência nacional e a de continuidade colonial. A continuidade exprimia-se na Junta do Recife, eleita na Câmara da vila e tendo por presidente Luis do Rego que convocara a eleição; a independência simbolizava-se na Junta de Goiana, sob a ação da gente que descera de Paudalho, de Tracunhaém, de Limoeiro e dos outros lugares vizinhos. Desde o primeiro momento a cisão tomou caráter belicoso — os de Goiana mandando contra o Recife as forças populares, de Milícias e Ordenanças, que levantaram, e os do Recife fazendo marchar para o norte seus batalhões regulares. Nesse quadro, ocupada militarmente pelas tropas de Luis do Rego e do General Caiola, Olinda assume, através do seu Senado, uma função de elevado civismo promovendo entendimentos e contactos em que mantinha as tradições de sua velha altivez.

Luis do Rego esforça-se por legitimar a Junta de Recife, alargando-a com representantes das vilas do interior, inclusive as que estavam de armas na mão contra ele. Goiana, porém, repele qualquer acordo, exigindo a retirada do Capitão-General e a convocação dos eleitores de toda a província. Na sustentação desses desígnios, prosseguem os preparativos militares, até que se travam, aos 20 de setembro, os combates de Olinda e de Afogados e se define o cerco militar ao Recife.

O conflito vai terminar com a Convenção de Beberibe, em 5 de outubro de 1821 — primeiro episódio positivo da Independência brasileira, antes mesmo do *Fico*.

Instala-se, nesse momento, uma situação provisória em que a província fica dividida em dois governos: um, abrangendo

Recife e Olinda — mas Olinda apenas por causa da ocupação militar, pedindo-lhe as convencionais desculpas por não lhe terem atendido ao sentimento, e ela se reabilitará pouco depois, dando ordens para um lado e para o outro, no encaminhamento da eleição decisiva; e o outro governo, com sede em Goiana, compreendendo todas as demais vilas da antiga capitania, transformada em província por ocasião da elevação do Brasil à categoria de reino. Quinze dias depois desse armistício, estará sendo feita a eleição geral, dando-se a presidência do Governo a Gervásio Pires Ferreira. A autonomia está conquistada; resta consolidá-la.

Extingue-se, com efeito, para Pernambuco, nessa hora, o domínio lusitano: vai embora, com Luis do Rego e seus auxiliares de maior confiança. E o novo governo nascerá não de um levantamento feito por um grupo maior ou menor de indivíduos, por um partido qualquer ou por uma vila única, senão pelo voto regular dos representantes do povo de duas das três comarcas em que se dividia a província — excluída apenas a terceira, a do Sertão, por causa das distâncias e das demoras. A eleição faz-se na Catedral de Olinda, em 26 de outubro de 1821. Os novos governantes, conduzidos pela impressionante figura de Gervásio Pires Ferreira, bem se pode supor que incarnem a opinião mais larga, o sentimento mais geral da população, precisamente porque se afastam das soluções extremas, por que não defendem fórmulas preconcebidas, porque aguardam as solicitações dos acontecimentos. E tanto quanto é lícito julgar-se a esta distância no tempo, isso é que correspondia ao estado de espírito daquelas gentes cansadas de tanta luta, perplexas perante tamanhos problemas.

Impõe-se lembrar que, nesses dias de outubro de 1821, enquanto às custas de arriscadas operações de guerra expulsávamos as autoridades representativas do poderio lusitano e elegíamos um governo que não mais toleraria o desembarque de batalhões portugueses, o Príncipe Regente ainda não decidira a própria orientação, José Bonifácio ainda não se projetara politicamente fora de S. Paulo e, no Rio de Janeiro, nenhuma resolução oficial e nenhuma providência ostensiva tinham sido

tomadas no rumo da Independência. Por outro lado, os deputados que as Cortes Constituintes haviam mandado eleger no Brasil, apenas estavam chegando a Lisboa, e o generalizado apoio às novas instituições suscitava uma atmosfera de confiança e entendimento. Em tais perspectivas devemos colocar o gesto de Pernambuco levantando-se em armas, negociando a Convenção de Beberibe, fazendo embarcarem a autoridade e os soldados portugueses. E escolhendo nesse ambiente o seu governo próprio, com o que inicia a segunda fase de sua marcha impávida e única.

Logo no começo do outro ano — o ano que vai ser o da Independência, 1822, — chega o sucessor de Luis do Rego não na administração civil mas no comando militar: desembarcará ele e assumirá o seu posto, mas não os soldados em que se apoia e que seriam os seus instrumentos de ação. Tomando semelhante iniciativa, a Junta de Gervásio Pires assegura-se contra o risco de movimentos como o da Bahia onde no mando supremo vem a instituir-se o general Madeira: aqui, o brigadeiro José Maria de Moura é como que desarmado ao descer no porto, e não será aqui, mas no Pará para onde será transferido dentro em pouco, que ele irá coordenar resistências à emancipação brasileira, concorrendo para que ela se retarde até agosto de 1823.

Também não descerão no Recife as tropas que Francisco Maximiniano de Souza, a caminho do Rio de Janeiro, tem autorização para fazer desembarcar nesta província que está praticamente senhora de si. Nem descerão as forças que virão de Lisboa com o brigadeiro José Correia de Melo, substituto de José Maria de Moura.

Não se trata, portanto, de um gesto isolado, de um arrojo ocasional: na verdade, a reiteração de tais proibições opostas aos batalhões que vêm da Europa, denota a firmeza de uma política deliberada e corajosa. A Junta pernambucana recebe os comandantes — e com isso isenta-se do crime de desobedecer, mas, invocando o sossego público, retira-lhes os comandos e, com isso, deixa-os inermes. Em sua defesa, quando, em Portugal, foi submetido a Conselho de Guerra precisamente por nada

ter feito aqui enquanto lutavam os seus colegas da Bahia, do Maranhão ou do Pará, — o brigadeiro Correia de Melo confessa que de tal modo se viu cercado que nem soube a quem passar o comando quando decidiu demitir-se por nada poder fazer: acabou entregando o cargo à Junta que assim habilmente o vencera.

Escudada na autonomia que dessa maneira conquistara em face de Portugal, a Junta pernambucana não se submeteu passiva e incondicionalmente às ordens, nem sempre claras, que vinham do Rio de Janeiro.

José Bonifácio, feito ministro em fevereiro de 1822, quatro meses depois da Convenção de Beberibe, traz a sua diretriz própria que será benéfica na proporção em que é unificadora e coerente, utilizando o prestígio imemorial da Coroa e do Rei perante o povo cujo espírito se moldara na tradição monárquica de Portugal. Isso não pode, no entanto, apagar o pessoalismo de um temperamento que o levou a tantas incompatibilidades, seja em S. Paulo, com os Costa Carvalho e com Feijó, por exemplo, seja, no plano nacional, com o próprio Imperador. Outro elemento a ser levado em conta era, no Rio de Janeiro, o choque de opiniões ao redor do Príncipe, fazendo variarem as providências e os decretos conforme as ascendências eventuais. Diante de tudo isso, Pernambuco, através de Gervásio Pires, não abdica de seu julgamento, quer esclarecer-se a respeito das intenções, indaga, debate, argumenta, vale-se das oposições entre as ordens de Lisboa (onde o Brasil, repita-se, ainda está oficialmente representado e onde vota), — entre as ordens de Lisboa e as do Rio. O Príncipe, então, desconfia desses herdeiros de 1817 e o ministro poderoso procura domar-lhes a cerviz.

Vêm desse quadrante os ventos que mais agitam as ondas em torno do barco de Gervásio Pires, até que o barco arrebenta e naufraga, poucos dias depois do grito do Ipiranga. Efetivamente, a Junta de Gervásio Pires Ferreira que dirigia os destinos de Pernambuco neste ano de supremas decisões, entre o Beberibe e o Ipiranga, será deposta aos 16 de setembro de 1822, pela ação de emissários do Rio de Janeiro insuflando os grupálicos locais.

No entanto, o sentimento pernambucano jamais se dissociara, sob Gervásio Pires, da unidade brasileira. Não éramos separatistas: queríamos ser lúcidos e consciente — isto, sim.

Um de seus agentes que José Bonifácio mandou a Pernambuco criar dificuldades à Junta instaurada em outubro de 1821, Vasconcelos Drumond, deixou um depoimento valioso a nosso respeito: “no ardor pela independência — escreveu ele — os pernambucanos necessitam mais de quem os contenha, do que de quem os estimule”. Não precisávamos com efeito de quem nos estimulasse — nós que tanto havíamos lutado em 1645 e tanto havíamos aspirado e sofrido em 1817. E tanto nos sentíamos dependentes do destino geral e tanto víamos claro nos acontecimentos, que nem esperamos comunicação oficial da libertação do Príncipe de ficar no Brasil, sucesso culminante, para lhe enviarmos mensagem de aplauso e de júbilo.

Realmente, haviam chegado apenas notícias de jornais a respeito do *Fico* e eis que a Junta pernambucana escrevia ao Príncipe, em 18 de março, felicitando-se do “grande bem da presença de Vossa Alteza”. A sugestão que do Rio de Janeiro fora enviada a S. Paulo e a Minas e a que S. Paulo imediatamente atendeu, evidenciando ao Príncipe que outros pedaços do país, e não apenas a cidade onde ele vivia, o reconheciam e reclamavam, — suscitara o primeiro gesto inconfundível de rebeldia, e Pernambuco logo lhe identificava o sentido e o alcance: louvava-o por isso, irmanando “a lembrança dos nossos caros irmãos paulistas” e “a resolução de V. Alteza Real”; aludia às medidas com que as Cortes pretendiam dividir-nos e invocava os seculares títulos de sua altivez, acrescentando: “felizmente, a nossa prudência ou energia tem evitado as tristes consequências de tal sistema nesta província ainda ulcerada pelo despotismo da passada administração e entusiasmada pela liberdade que as bases da Constituição lhe asseguram e a que se julga com direito como herdeira do patriotismo dos Vieiras e Enriques Dias”.

Iam, portanto, de par, no ânimo dos pernambucanos, a vocação da liberdade e o senso do valor próprio, mas também a

percepção do interesse coletivo e do destino comum, manifestada em justas solidariedades. E ao receber a delegação que de Pernambuco lhe fora expressar esse apoio, Dom Pedro, num impulso de alegria, veio à janela do Paço e bradou para o povo: “Pernambuco é nosso!” Nosso, de fato, — e não tanto do Príncipe quanto, sobretudo, do Brasil que o Príncipe naquela hora incarnava.

Chegará um momento em que, votada a Constituição portuguesa sem atenção aos interesses e aos direitos do Brasil e rejeitadas as emendas que os deputados brasileiros haviam apresentado e a Junta de Pernambuco esposara em ofício ao próprio Rei D. João VI, — fica fora de dúvida a impossibilidade de se entenderem aqueles irmãos agravados. Então, Gervásio Pires Ferreira retoma a palavra em nome de Pernambuco e, num ofício de 23 de agosto de 1822, reafirma ao Príncipe a necessidade de de todo se unirem em torno dele.

Três dias depois desse ofício ao Príncipe, a Junta de Gervásio Pires espalha no Recife um Manifesto que retraga o esquema de quanto se havia feito e aponta o que se deve fazer. É uma demonstração do realismo com que aqui se examinava a situação e se determinava a conduta a seguir.

Evocava o Constitucionalismo: “proclamou-se-nos outrora uma Constituição e patenteou-se-nos áurea porta para o grande passo da apetecida Liberdade; e quando vamos a querer entrar e gozar, quiseram agrilhoar-nos os pulsos”. Ressalta como, na reação dos brasileiros, ante as agressões das Cortes, o Príncipe tomou o nosso partido, e deduz: “não sejamos ingratos ao Ramo Bragantino que, salvando a realeza dos impropérios, salva a honra e a glória brasilienses”. Aplauda, então, o Príncipe e a Constituinte que ele acaba de convocar. Em torno do Príncipe, assinala os riscos de uma qualquer desunião: “o primeiro ponto que se separar, será o primeiro escravizado, e o que assim o fizer arrastará o perigo aos outros e atrairá as maldições dos presentes e dos futuros brasileiros”. Explica-se: “se não vos falamos tão claro há mais tempo foi porque conhecemos que o Grande Gênio Tutelar do Brasil até agora mostrava ainda es-

perar alguma emenda nos atentadores contra a nossa Liberdade e nisso mesmo lhe obedecíamos e o seguíamos". Exclama: "União e mais união!" E reitera: "União, obediência e Ordem! Viva a União Brasileira!".

Assim Pernambuco, de agosto de 1821 quando pegou em armas em Goiana, a agosto do ano seguinte quando ergueu a voz em prol da unidade nacional simbolizada no Príncipe, defendera a sua liberdade de julgamento e de ação, anulara o poderio português, aquietara velhos ardores doutrinários, manifestara os votos e os direitos da região em face do centro nivelador, mas não perdera de vista, antes realçara e fortalecera os vínculos morais da nacionalidade. Para conquistarmos a autonomia e construirmos o todo nacional, nem foi necessário que o Príncipe viesse aqui como teve de ir a Minas e a S. Paulo, nem foi necessário que mandasse tropas e navios como teve de mandar para a Bahia e o Maranhão.

Não importa que nada disso tenha sido compreendido e avaliado logo e que impaciências e autoritarismos, promovendo distúrbios de longe, tenham derrubado o governo que Pernambuco elegera em consequência da revolta de Goiana e da Convenção de Beberibe. Deposto em 16 de setembro e preso na Bahia quando viajava com destino ao Rio de Janeiro onde por certo enfrentaria os seus adversários e acusadores, Gervásio Pires, no entanto, em sua folha de serviços ao Brasil, levava ainda outro mérito inestimável: foi ele quem providenciou a prestação dos primeiros auxílios pernambucanos aos combates que em outras províncias, notadamente a Bahia, sustentavam a causa da Independência contra decididos defensores do predomínio de Portugal.

Ao contrário dos seus companheiros nomeados para Pernambuco, o general Inácio Luis Madeira de Melo consegue, na Bahia, desde fevereiro de 1822, dilatar a sua função e concentrar todo o poder, mantendo completa fidelidade à metrópole. Contra ele, rebelam-se os grupos locais e vêm do Rio de Janeiro forças armadas, sob a chefia de Labatut. Mas, chegando às alturas do Salvador e vendo que de Portugal acudiam grandes

reforços para Madeira, Labatut — em vez de atacar ou desembarcar, o que lhe seria ruinoso, — sobe para Alagoas e daí manda emissários solicitando o concurso pernambucano. E então Pernambuco em cujas praias se está prevendo a vinda de expedições portuguesas, inclusive trazendo de volta Luis do Rego, que fica à margem da rota das esquadras que vão para o Rio e a Bahia, que precisava, portanto, estar a postos para se defender, — Pernambuco desce a lutar ao lado dos baianos. Em menos de vinte dias, Gervásio Pires Ferreira reúne armas, dinheiro e mantimentos, abre voluntariado pois não dispõe de tropa regular suficiente e organiza um corpo de duzentas praças — quase tantas quanto as que tinham sido enviadas por Dom Pedro. O comandante desse contingente, o tenente-coronel José de Barros Falcão de Lacerda, é o encarregado de conduzir o flanco direito das tropas nacionalistas e o sangue pernambucano irá correr nas areias de Pirajá.

Mas, a luta não se resolve aí, mesmo porque Madeira acaba de receber novos recursos militares.

Vem segundo apelo a Pernambuco — e Pernambuco encaminha para a Bahia não somente outros duzentos caçadores seus, senão também duzentos homens oferecidos pela Paraíba, e aos quais a administração de Pernambuco fornece artilharia, munições e alimentos, além de lhes antecipar o soldo de três meses. O primeiro reforço a Labatut seguira por terra; este de agora segue por mar, em barcas fretadas por Pernambuco, com o pensamento de se refugiar nas praias caso os perseguissem os navios lusitanos.

Pois, estas costas nordestinas estavam sendo rondadas pelas frotas que vinham de Portugal sustentar as fortes bases que se mantinham no Pará, no Maranhão, na Bahia. Pernambuco estava, assim, de certa maneira, cercado. E era dentro desse cerco que se movia, guarnecendo-se e ajudando todos os seus irmãos.

Quando o domínio português se extinguiu na cidade do Salvador aos 2 de julho de 1823, pediram da Bahia que o batalhão pernambucano permanecesse lá, colaborando para a or-

dem e a construção do Império. No fim do mês, o Ministro da Guerra autorizou o regresso do batalhão "para descansar das passadas fadigas". Mas, não era para descansar que Pernambuco chamava os seus filhos e, sim, para combater em outras frentes.

Com efeito, no citado ofício de julho, já o ministro louvava a administração pernambucana pelo auxílio que estava prestando à luta da independência no Ceará e no Piauí. Por isso é que o governo pernambucano reclamava do baiano a devolução dos seus soldados: "para podermos continuar a socorrer a província do Piauí, ao que já demos princípio".

É que, ao norte, à sombra do antigo Estado do Pará-Maranhão, administrativamente separado sempre do resto do Brasil a que somente se ligou de modo efetivo depois da vinda de D. João VI e, por isso e por condicionamentos geográficos, muito mais preso à metrópole, — Portugal ainda sonhava continuar o seu domínio. Nas capitais do litoral, S. Luis e Belém, a fidelidade a Lisboa era completa; mas, pelos sertões, penetrando pelo Crato e por todo o Cariri, quem sabe o que faria a influência pernambucana, já evidenciada nos acontecimentos revolucionários de 1817? Então, o governo lusitano colocara no centro daquela região áspera, lá em Oeiras, à frente de mais de mil soldados, um dos maiores militares portugueses daquela geração, o bravo comandante de armas João José da Cunha Fidé. E por tão remotos mundos começou a desenvolver-se outra guerra iniciada já depois do grito do Ipiranga, em outubro e novembro de 1822: para as marchas infinitas e as batalhas ruínas das províncias setentrionais é que Pernambuco estava remetendo agora os soldados que haviam lutado na Bahia.

Assim, entre dois agostos — o de 1821, quando tomara armas em Goiana, e o de 1823, quando estava enviando soldados para combater no Piauí, — concorrera Pernambuco para a Independência nacional.

Podemos, nessa jornada, distinguir três fases: a da conquista da própria libertação, culminando na Convenção de Beberibe, na data de hoje, há cento e cinquenta e um anos, e en-

cerrando-se com a eleição da Junta presidida por Gervásio Pires Ferreira, na Sé de Olinda, aos 26 de outubro; a de deliberação autônoma, assinalada pela prudência e pela sabedoria com que eram examinadas as idéias, as iniciativas e as ordens provenientes tanto de Lisboa quanto do Rio de Janeiro, e concluída na adesão que livremente foi encaminhada ao Príncipe, antes ainda do grito do Ipiranga; e, por fim, a de colaboração com as províncias vizinhas, ao sul e ao norte, e com o governo imperial, no sentido de arrebentar as últimas resistências do poderio metropolitano. Em tudo isso, deixou a sua poderosa marca Gervásio Pires Ferreira: ele é que atravessou as linhas do cerco militar, para negociar a Convenção de Beberibe; ele é que falou por nós tanto ao Rei e às Cortes em Lisboa quanto ao Príncipe e ao ministério no Rio de Janeiro, dando o nosso voto, dizendo o nosso sim ou o nosso não; ele é que forneceu soldados e armamentos a Labatut, iniciando o nosso concurso à libertação das províncias ainda subjugadas. Afinal, apeado do poder por intrigas justamente quando o grito do Ipiranga começa a ecoar no Brasil, será preso, na Bahia, pelos inimigos da Independência brasileira e enviado para os cárceres de Portugal. Mas ele, na verdade, presidiu e comandou o nosso esforço heróico e ante a sua memória é imperioso que nos curvemos.